



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**“AMEI SUA ESSÊNCIA E SEUS SONHOS”: NARRATIVAS DE MULHERES
MILITANTES SOBRE SEUS RELACIONAMENTOS AFETIVOS
DURANTE A DITADURA BRASILEIRA**

Luísa Dornelles Briggmann¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar, através de testemunhos orais, livros de memória e autobiografias, algumas narrativas de mulheres que militaram contra a ditadura brasileira sobre seus relacionamentos afetivos durante o período ditatorial (1964 – 1985). Procura-se observar o uso da emoção e do gênero nas construções das narrativas destas militantes. Assim como entender a complexidade dos afetos e das relações de poder e de gênero que constituíam e rodeavam esses casais. Elas viveram tempos de revolução: nos costumes, nos relacionamentos e nas sexualidades. Buscaram a quebra de valores conjugais como a superioridade do marido sobre a mulher, e passaram a valorizar o matrimônio como um espaço de gratificação sexual, amor e companheirismo, enquanto resistiam a ditadura que assolava o país. Este trabalho procura perceber também o efeito de “ser casal” na militância: nas ações, na divisão de tarefas, na clandestinidade e na prisão.

Palavras-chave: gênero; casais militantes; ditadura; mulheres militantes.

Elizabeth Jelin, em seu trabalho *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social* (2018) afirma que falar de memórias significa falar de um presente. Ela defende que a memória não é passado, e sim a forma como os sujeitos constroem um sentido de passado. Esse sentido é sempre atualizado no presente, e é ele que constrói a experiência passada e as expectativas futuras. Maurice Halbwachs, no clássico *A memória coletiva* (1990), nos recorda que a reconstituição da memória coletiva é um elemento fundamental para a vida social, tanto para sua permanência, como para sua transformação. A memória, assim, é também um mecanismo de reparação. É a partir desta perspectiva que me proponho a pensar a memória de mulheres militantes sobre seus relacionamentos afetivos heterossexuais vividos na ditadura brasileira. Ao analisar suas memórias, nos deparamos com vivências compartilhadas por muitos casais durante esse período.

¹ Doutoranda em História pelo PPGH-UFSC, bolsista CAPES-DS. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). E-mail: luisa.briggmann@gmail.com



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



As décadas de sessenta, setenta e oitenta no Brasil foram marcadas pela repressão e pela resistência. Os governos militares se caracterizavam por uma imposição de conservadorismos, enquanto jovens militantes viviam um período de agitação, mudanças sociais e revoluções de costumes. Marcelo Ridenti (2000) destaca que a noção de um romantismo revolucionário dentro da esquerda fazia parte dessas mudanças: “A utopia revolucionária romântica do período valorizava acima de tudo a vontade de transformação, a ação dos seres humanos para mudar a História, num processo de construção do homem novo, nos termos do jovem Marx e recuperados por Che Guevara” (RIDENTI, 2000, p. 24). Eram jovens que buscavam transformar a sociedade e a si mesmos.

Desta forma, essa foi uma geração de mulheres que protagonizou a revolução sexual e a separação do prazer da revolução, com a chegada na vida destas militantes da pílula anticoncepcional (PEDRO; WOITOWICKZ, 2010). Foi uma geração de mulheres que não aceitou mais a superioridade do marido perante a esposa e que, paulatinamente, passou a perceber o matrimônio como uma possibilidade para o companheirismo, o amor e a gratificação sexual (COSSE, 2008). Isabella Cosse (2008) afirma que, para essa geração, o casamento, gradativamente, foi deixando de ser percebido como algo indissociável e obrigatório, o que é evidenciado pela crescente aceitação dos “amores livres” e do aumento significativo do número de divórcios.

É recorrente, entretanto, o relato por parte destas militantes de um certo conservadorismo também dentro de algumas organizações, onde “questões relacionadas ao corpo e à sexualidade (como o aborto, o uso da pílula anticoncepcional, o amor livre, etc) eram geralmente questões espinhosas, pois a moral de alguns grupos de esquerda era tão conservadora quanto à da sociedade em geral” (HENTZ, VEIGA, 2011, p. 154). É o que recorda Jessie Jane Vieira de Sousa: “Os comunistas eram extremamente conservadores! A família comunista é a família mais conservadora que existe (...). O meu pai era um velho comunista, e os comunistas são machistas” (GÓIS; QUADRAT, 2008, p. 26)

Apesar disso, as mulheres afirmam que foi na esquerda que conseguiram uma certa igualdade também no que diz respeito a seus relacionamentos amorosos. É o que rememora a militante Vitória²:

² Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira, em *Mulheres, militância e memória* (1996), faz a opção de atribuir nomes fictícios às suas entrevistadas.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Era uma coisa que seduzia muito ser de esquerda, porque toda parte cultural era a esquerda que levava, e não só a parte cultural, tinha a questão da ruptura também – eram os barzinhos e ficar até de madrugada discutindo filmes [...] e era na esquerda onde o homem aceitava a mulher mais como igual (...) e era na esquerda onde essa coisa do rompimento dos tabus sexuais estava acontecendo. (...) Foram os rapazes de esquerda que dissolveram a distinção moralista e burguesa que se fazia entre a moça com quem se namora e a moça com quem se faz sexo. (FERREIRA, 1996, p. 118)

Estas questões trazidas por Vitória se fazem importantes também para pensarmos em como se constitui essa família militante. Alejandra Oberti (2015) sugere que devido às exigências do trabalho nas organizações, à grande quantidade de tempo dedicadas as atividades políticas, aos problemas de segurança na clandestinidade, as militantes tiveram de abandonar outros espaços de sociabilidade, o que resultava também em uma restrição de convívio somente às companheiras e aos companheiros de organização. As afetividades anteriores tiveram de ficar no passado e isto acabou por intervir no modo como se formavam os casais.

Há, contudo, uma outra questão: estas mulheres buscavam em seus companheiros visões de mundo semelhantes às delas, desejavam vivenciar as ideias revolucionárias em seus cotidianos. Ansiavam compreensão, realização pessoal e entrega mútua, estabelecendo um ideal de companheirismo através da equidade (COSSE, 2010). A afinidade estava na vontade de fazer a revolução e nas utopias partilhadas, e muitas vezes pouco se sabia da vida do companheiro fora da militância. É o que afirma Criméia Schmidt, ao recordar André Grabois:

Eu me lembro assim, por exemplo, que o André, às vezes eu fico pensando assim, é muito louco que as outras pessoas, eu conheci o André, eu não sabia de onde ele era, o nome dele, eu sabia que ele era tão comunista quanto eu e que estava querendo fazer a revolução, era o que eu sabia dele. Com o tempo, alguma coisa você descobre pela convivência... [...] Ele chamava Zé Carlos e eu chamava Alice. Ele não sabia nada a meu respeito... lá no Araguaia, lá nós nos conhecemos, então eu não sabia nada a respeito dele a não ser que ele tinha uma ideologia igual a minha e eu acho que isso, talvez, para a gente fosse mais importante do que conhecer alguém 20 anos. (RAGO, 2011, p. 168)

O mesmo é trazido por Ignez Maria Serpa Ramminger ao lembrar Gustavo Buarque Schiller:

No Comando de Operações, conheci o Bicho ou Luiz – Gustavo Buarque Schiller -, companheiro muito inteligente, comprometido com a causa e não



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



sabia quem era e nem de onde vinha. Amei sua essência e seus sonhos, sem influências do tipo origem, classe social ou outras bobagens. (RAMMINGER, 2010, p. 142)

Ela complementa: “Eu me apaixonei por ele, por ele. Pela maneira de ele ser. Pela essência dele. Então eu digo assim, que é um amor muito mais autêntico, eu acho.” (RAMMINGER, 2019, s/p). Entre as militantes, então, ser “companheiro” significava unir a noção de casal ao compromisso político (COSSE, 2010), sendo, portanto, a única forma possível de se relacionar. É o que diz Marlova de Souza Canabarro: “Eu acho que eu não poderia nunca ter um companheiro que não fosse uma pessoa de esquerda, que não fosse uma pessoa que tivesse um olhar para vida com justiça, com liberdade. Não poderia fazer isso, de jeito nenhum.” (CANABARRO, 2019, p.5).

Vera Silvia Magalhães reitera o desejo de companheirismo dentro das relações, apontando para uma tentativa de “troca igual”, que quase nunca acontecia:

A tentativa de uma troca igual, quase sempre, dava uma troca desigual. Chamávamos nossos namorados de companheiros e essa palavra significava tudo o que desejávamos. Mesmo que nem nós, mulheres, nem eles, homens, tivéssemos conseguido realizar o companheirismo e muitas frustrações tivessem se acumulado. Tentávamos uma forma de relação igualitária para já. (CARVALHO, 1998, p. 173).

Assim como Vera, outras militantes ressaltam essa “troca desigual” juntamente com a frustração das dificuldades de vivenciar essa esperada igualdade: “embora chamando-se entre si de ‘companheiros’, homens e mulheres tiveram dificuldades de viver esse companheirismo, defendido nos discursos e programas, que pregavam a igualdade de gênero” (JOFFILY, 2005, p. 111). Essa disparidade fica mais perceptível na materialização das questões do cotidiano, nas divisões das tarefas dentro das organizações e das casas.

A participação de mulheres dentro das organizações e partidos de esquerda que combatiam a ditadura foi um grande avanço para a posição social das mulheres na época, significando também uma ruptura ao estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico. Entretanto, dentro das organizações, principalmente as ligadas a luta armada, o ideal guerrilheiro ainda estava fortemente ligado a uma masculinidade branca, heterossexual, hegemônica e militarizada. Assim, para ocuparem lugares de destaque e cargos de comando, essas mulheres tiveram de conquistá-los a duras penas. Muitas ainda eram constantemente



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



designadas a tarefas que as colocavam nos lugares socialmente estabelecidos para as mulheres da época, como o cuidado, a comida, os filhos. (BRIGGMANN, WOLFF, 2019)

É constante nas memórias dessas mulheres, entretanto, uma mudança na postura de seus namorados e maridos no que fiz respeito a divisão de tarefas domésticas. Relatam o machismo dentro das organizações, mas afirmam que seus companheiros dividiam as responsabilidades com elas. É o que acontece com Loreta Valadares, ao falar de seu marido, Carlos:

Uma vida dura, mas plena. A relação é de amor, afetividade e solidariedade. Carlos, mesmo muito jovem (23 anos) é companheiro, solidário, cúmplice. Dividimos tudo: prazer, angústias, expectativas, tarefas da casa. Não temos aquela compreensão, muito comum entre casais mais modernos, de que o homem, ao fazer as tarefas de casa, está “ajudando” a mulher. Porque isso significa que as tarefas de casa são obrigação das mulheres, aos homens caberia, no máximo “ajudar. Não, nós sempre entendemos que as tarefas de casa são de responsabilidade igual do homem e da mulher. Carlos tem uma aguçada sensibilidade quanto a isso. (VALADARES, 2005, p. 60)

A partir de sua fala, onde a afetividade possui um papel muito importante, podemos notar também um certo contraste entre as ações destes casais militantes com o que era esperado para homens e mulheres na sociedade. Entretanto, é bastante evidente que as mulheres ainda ficavam com maiores responsabilidades ligadas a casa (PEDRO; MELLO; OLIVEIRA, 2005), principalmente quando se tratava dos filhos.

Formar uma família era visto por várias militantes também como uma forma de mudar a sociedade em que viviam, como uma tarefa militante, uma política pessoal (OBERTI, 2010). A partir da célula familiar que esses jovens buscaram, na prática, novas formas de se relacionar, de criar os filhos e formá-los como “homens novos do amanhã”, como futuros revolucionários. Visualizavam em seus descendentes a materialidade de uma esperança em um futuro melhor:

uma das dimensões ocupadas pela escolha d gravidez está relacionada, nos testemunhos, a um enorme desejo de viver, de aferrar-se à vida. Filhos e filhas simbolizavam essa conexão com a vida em um contexto rodeado pela morte, com desaparecimentos de companheiros e companheiras, prisões, torturas e assassinatos. A gravidez simboliza, também, um desejo de autopreservação. (TEGA, 2019, p. 153)

Para as mulheres, a maternidade podia ser também um dever que não se contradizia com a necessidade de uma entrega absoluta a causa da revolução. Mas, a partir da gestação e



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



do nascimento dos filhos, muitas tiveram de abandonar a militância, pois a prioridade era os homens continuarem a realizar as tarefas das organizações, as tarefas “de rua”, deixando os cuidados dos filhos para as companheiras. (OBERTI, 2015)

A militância estava, portanto, intimamente ligada a vida privada dessas militantes. A invadia e ocupava, em todos os seus meios. Era impossível dissociá-la da vida cotidiana. Sergio Luis Schlatter Junior (2011) alega que, a partir do momento que uma militante ingressasse em determinada organização, deveria agir performaticamente - no sentido dado por Judith Butler (2015) -, tomando certas atitudes e deixando de tomar outras, o que interferia de forma direta em suas subjetividades. Isso inclui também seus relacionamentos afetivos.

Catarina Meloni recorda que

A vida que nos tínhamos imposto favorecia as manifestações do autoritarismo e obrigava a minimizar os problemas particulares de cada um. Só o coletivo valia a pena ser considerado. O esforço concentrava-se no desempenho da função social, ainda que em condições adversas, como efetivamente ocorria. O ideal era nobre e desinteressado, talvez desinteressado demais, sem vínculos com os próprios projetos. (MELONI, 2009, p. 36)

O mesmo é afirmado por Derlei Catarina de Luca, que relembra que o amor pela revolução deveria vir antes de todos os outros amores pessoais. O amor pelo povo era merecedor de um amor superior a aquele que podia ser sentido por um indivíduo. Quando assim não o fizesse, a militante estava se deixando levar por um comportamento “pequeno burguês”, estava tendo uma “debilidade ideológica” onde o individual se sobressaía em relação ao coletivo (DERLEI, 2002). Ao relembrar suas vivências dentro da Ação Popular (AP), afirma:

A AP não tem casais de militantes. Tem militante individual, diz um membro da direção. Fazemos um esforço para pensar na terceira pessoa. Não é fácil, mas é necessário. E colocamos o amor à AP acima de todos os nossos interesses pessoais. A AP separou dezenas de casais e namorados. [...] Essas separações afetivas, discutidas "politicamente", foram uma das provas mais duras impostas pela direção aos militantes (LUCA, 2002, p. 36-37)

A autora recorda ainda que, quando separados, “alguns estabeleciam novas relações afetivas com companheiros definidos para trabalhar no mesmo setor. A afetividade é psicologicamente importante na clandestinidade, quando se vive o perigo diário de ser preso e



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



morto.” (LUCA, 2002, p. 77). Assim, o que separa alguns casais, acabava por formar e unir outros. Para Isabella Cosse (2010), os perigos da militância e a restrição da sociabilidade intensificavam esses relacionamentos. As relações afetivas funcionavam também como um refúgio frente todas as adversidades da luta contra ditadura. bell hooks (2018) afirma que o amor age para transformar a dominação. Neste contexto de intensa violência e de profunda tristeza, o amor aparece como uma saída, que avista um futuro melhor.

Algumas mulheres relatam que o ato de casar aparece como uma crença no que virá, mas também uma maneira prática de facilitar a militância e de passar uma boa imagem para as famílias. Para elas, o casamento formal se torna apenas uma burocracia: “Resolvemos então casar. Oficialmente ou não, é a mesma coisa (...) mas pensamos que seria bom evitar o desgaste de uma longa discussão com famílias, então não custava nada casar formalmente”(VALADARES, 2005, p.57), ou uma “força dos costumes”: “Para morar com um homem e fazer amor com ele é preciso assinar um papel. Na hora não penso nos desdobramentos futuros. Sou Maria Luísa, casada, feliz” (LUCA, 2002, p. 170).

Quando essas mulheres eram presas e torturadas juntamente com os seus companheiros, a repressão utilizou-se recorrentemente dos laços afetivos socialmente estabelecidos, visando que isso as desmantelassem e que, assim, entregassem as informações que desejavam obter. Muitos relatos apontam que militantes tiveram de assistir a tortura de seus esposos e namorados, onde a ameaça de morte era frequente. Olivia Joffily (2010) afirma que essa foi uma tortura particularmente usada contra mulheres, e a enquadra como “uma das mais terríveis, pois encerrava suas vítimas numa situação completamente sem saída: ou elas traem os companheiros de luta, sendo responsáveis pela tortura e/ou morte dos mesmos, ou põem em risco a vida e a integridade física das pessoas que lhes são caras” (JOFFILY, 2010, p. 234).

Julieta, ao ser entrevistada por Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira (1996), afirma que um dos momentos que lhe foi particularmente difícil foi assistir ao marido sendo torturado: “Seus gritos atingem-na duplamente, já que, além da dor que expressam, revelam-lhe uma figura desconhecida – a de um homem transfigurado, muito diferente da pessoa plácida e controlada com quem convivia há anos.” (FERREIRA, 1996, p. 148).

Entretanto, longe do que era esperado pelos militares, para muitos casais foi justamente a presença do companheiro que lhes deu força para aguentar as sessões de tortura.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



É o que traz Loreta Valadares, que foi presa juntamente com Carlos, seu marido. Em seu livro de memórias ela narra, em terceira pessoa, os medos, as angústias e a raiva que sentiu no momento em que viu Carlos sendo espancado. Os militares intitularam esse momento como “o teste do amor” (VALADARES, 2005, p.102), Loreta o intitula como “a tortura maior” (VALADARES, 2005, p.101):

No afã de torturar, o tenente Pádua, apressado, calça um par de pesados coturnos, um pé marrom, outro preto, toma distância, corre e pula em cima do peito de Carlos, que cai. O tenente repete a dose por diversas vezes, pulando entre as costelas de Carlos, que não mais consegue se levantar. Ela está desesperada. Grita: “você vão matá-lo, desgraçados assassinos”. O coronel e outros: “Depende de você, se você falar, nós o poupamos” (...) “Se vocês o matarem, aí que eu não falo mais nada” (VALADARES, 2005, P. 104)

Depoimentos como o de Loreta nos despertam as mais variadas emoções: ódio, vergonha, tristeza. Vejo, deste modo, a memória como uma potente forma de trabalhar com estas emoções que, conforme Cristina Scheibe Wolff (2015), comunicam, no discurso, mais que palavras e pensamentos racionais. E, portanto, foram e são também responsáveis por fazer política, ao permitirem às pessoas compreender mais profundamente, muitas vezes através de arrepios, choros, angústias, tristezas e esperanças, a história da ditadura brasileira.

A autora (2015) dialogando com Luc Capdevila e Frédérique Langué (2014), afirma que as emoções são um prisma privilegiado para a análise de como os indivíduos e a sociedade se relacionam com o passado. Ao mesmo tempo, elas nos permitem observar, sob uma outra perspectiva, os sistemas políticos e suas dinâmicas, bem como as resistências³ e os afetos que elas suscitam.

Nego aqui, portanto, um entendimento das emoções como naturais, e encaro-as como inscritas nas culturas e práticas sociais, e que, carregam consigo possibilidades de agência para os sujeitos. (PROCHANSSON, 2005) Essas militantes e seus companheiros estavam inseridos em um contexto histórico específico, que os rodeava e formava, mas que também os

³ Aqui, concordo com Cristina S. Wolff ao pensar resistência a partir de Michel Foucault, onde todas as relações sociais são permeadas por relações de poder. Assim, toda relação de poder traz consigo uma ação de resistência: onde há poder há resistência. E esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Não existindo, portanto, uma resistência, mas sim resistências no plural. (WOLFF, 2015b)



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



permitia ter agência⁴ para subvertê-lo e modificá-lo através das suas atividades militantes, assim como de suas emoções. As emoções, desta forma, fazem parte da história, e precisam ser pensadas como parte dela.

Gostaria de finalizar, portanto, retomando a noção de amor trazida por bel hooks (2018; 2020): como não apenas um sentimento, mas uma ética de vida. Como uma prática que nos torna “ousados e corajosos” (HOOKS, 2020, p. 218), para que possamos transformar a realidade quando essa significa a dominação. Então, espero que trazer, pensar e (re)significar, ainda que brevemente, as memórias destas militantes, tão entrecortadas de afetividade, possa nos servir de inspiração. Nos tempos que vivemos, onde a morte atravessa nossos dias com tamanha dureza, que assim como elas possamos acreditar que é amar é transformar. Transformar a nossa realidade, mas também a construção da memória sobre esse passado autoritário.

Referências

BRIGGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELO, Soraia Carolina de (Org.). **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019, p. 304 – 323. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201257>. Acesso em: 15 de março de 2021.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAPDEVILA, Luc; LANGUE, Frédérique. “Le prisme des émotions”. In: CAPDEVILA, Luc; LANGUE, Frédérique (Org.). **Les passé des émotions**. D’une histoire à vif. Amérique Latine et Espagne. Rennes: PUR, 2014. p. 7-10.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

COSSE, Isabella. **Del matrimonio a la pareja: continuidades y rupturas en el modelo conyugal en Buenos Aires (1960-1975)**, Anuario IEHS, núm. 23, 2008.

COSSE, Isabella. **Pareja, sexualidade y familia em los años sesenta: una revolución discreta en Buenos Aires**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

⁴ Entendo agência a partir de Saba Mahmood, que a apresenta “não como um sinônimo de resistência em relações de dominação, mas sim como uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas” (MAHMOOD, 2006, p.123).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



GÓIS, João Bosco Hora; QUADRAT, Samantha Viz. Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Souza. **Gênero**. v.8, n. 2. Niterói, 2008.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

HENTZ, Isabel Cristina; VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis, Editora Mulheres, 2011, p. 145 – 164.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JELÍN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2005.

JOFFILY, Olívia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 225-245.

LUCA, Derlei Catarina de. **No corpo e na alma**. Criciúma: Editora Do Autor, 2002.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. In: **Etnográfica**, Vol. X (1), 2006. pp. 121-158.

MELONI, Catarina. 1968, **O Tempo das Escolhas**. Nova Alexandria, São Paulo, 2010.

MOURA, Mariluce. **A revolta das vísceras: uma visão feminina da luta armada no Brasil**. Uma história de paixão e morte. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memória? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 13-30.

OBERTI, Alejandra. **Las revolucionarias: militancia, vida cotidiana y afectividad em los setenta**. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

PEDRO, Joana Maria; MELLO, Soraia Carolina de; OLIVEIRA, Veridian. **O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert**. Revista de História da Unisinos, São Leopoldo - RS, v. 9, p. 132-138, 2005.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



PEDRO, Joana Maria; WOITOWICZ, Karina Janz. Mídia alternativa e construção de políticas identitárias: estratégias de resistência feminista na luta pelos direitos reprodutivos. In: Ariane Pereira; Iris Yae Tomita; Marcio Fernandes; Sonia Kurchaidt. (Org.). **Mídia, cidadania, manifestações culturais e questões de gênero**. Guarapuava: Unicentro, 2010, p. 59-80.

PROCHANSSON, Christophe. “Emoções e política: primeiras aproximações”. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 305-324, jul. 2005.

RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 156 – 173.

RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. Na guerra com batom. In: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Al.; FERNANDES, Ananda S. (org). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): história e memória**. Volume 2: Porto Alegre: Corag, 2010, 135 – 158.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHLATTER JR, Sergio Luis. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis, Editora Mulheres, 2011, p. 391-407.

TEGA, Danielle. **Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Fapesp; Intermeios, 2019. (Coleção Entregêneros)

VALADARES, Loreta. **Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura**. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo, 2005.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 975-989, nov. 2015.

WOLFF, Cristina Scheibe. Resistência. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 1ªed.Dourados: Ed. UFGD, 2015b.

Entrevistas

CANABARRO, Marlova de Souza. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Paris-França, 20/09/2019. Acervo do LEGH/UFSC.

RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. Entrevista concedida a Luísa Dornelles Briggmann. Porto Alegre, 04/11/19.